

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A GEOGRAFIA E O SEU ENSINO — O CASO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

*Maria Lúcia Estrada **

As considerações assinaladas neste artigo, têm por objetivo ressaltar insuficiências verificáveis no trato com os problemas geográficos a partir dos textos didáticos disponíveis para o ensino desta disciplina, na escola brasileira. Tais insuficiências resultam essencialmente de uma postura teórica e científica frente ao problema central de Geografia. Partindo de uma concepção puramente descritiva e de uma metodologia mecanicista ou pragmática para o ensino, a ciência geográfica acaba por ser deformada na consideração do seu objeto. Isto nos remete necessariamente à exigência de uma discussão mais aprofundada sobre o objeto da geografia enquanto ciência e de sua importância social enquanto campo de conhecimento e ensino na escola de 1.º e 2.º graus.

Partiremos do pressuposto de que é uma exigência e necessidade, por parte dos professores de Geografia de 1.º e 2.º graus, a utilização do manual didático. Descartamos, neste momento, uma discussão a este respeito e a possibilidade de levantar algumas posições pessoais e de outros

* Professora de Geografia no Centro Pedagógico do UFMG — Belo Horizonte.

educadores que pensam e praticam a Educação neste nível de escolaridade.

Assumida esta posição, ingressamos numa outra questão: que texto ou autor adotar, dentro da própria exigência de um currículo obrigatório e rígido que nos é imposto?

A avalanche de textos didáticos colocados no mercado nestes últimos anos, a princípio pode causar uma certa euforia, na possível certeza de nossa parte, professores de Geografia, de que é permitida uma escolha mais cuidadosa. Os próprios títulos e suas variações: "Geografia Ativa", "Geografia Nova", "Panorama da Geografia — o estudo da paisagem", em substituição aos tradicionais "Geografia Física", "Geografia do Brasil", "Geografia Econômica" etc, muito menos atraentes, induzem a esta primeira impressão. Esta, por sua vez, é reforçada pela própria visão das capas, muito mais coloridas e ilustradas e, internamente, pela sua apresentação gráfica, mais cuidadosa diagramação e diversidade de ilustrações.

Em meio a esta gama de opções, ao primeiro contato, a preocupação com o conteúdo vem à tona. Preocupamo-nos com o número de informações, quantidades de dados, qualidade da representação gráfica e outras ilustrações. Feita a escolha, ingressamos no mercado do livro didático, na promoção de uma mercadoria — o livro, é deste ou daquele autor.

Este procedimento, no mínimo considerado "normal" para qualquer professor — em qualquer disciplina curricular levanta algumas dúvidas no caso específico da Geografia.

Acreditamos, após vinte anos de experiência na prática pedagógica do ensino de Geografia, na necessidade de um questionamento do manual didático, da própria concepção da Ciência Geográfica que ele veicula e, *a quem* serve este tipo de ensino que os professores passam a transmitir e reforçar.

Nas justificativas que os autores e editores colocam nos seus prefácios e "apresentações", e das quais não podemos descuidar, lemos coisas como:

"... o autor procurou apresentar um panorama geográfico das principais regiões e nações do globo, atendendo simultaneamente aos programas de vestibulares das principais universidades do país" (12).

"Nosso propósito foi elaborar uma obra renovadora, tanto na estrutura metodológica quanto na linha de concepção do objeto tratado — a paisagem ou o espaço geográfico." (15)

"... procuraremos não somente citar ou desenvolver os fatos, mas relacioná-los e explicá-los". (10)

Dois problemas podemos perceber, de imediato, se relacionarmos estas próprias justificativas e "apresentações", bem como os títulos anteriormente citados, ao conteúdo destes manuais.

No caso da primeira referência, o autor confessa que procura atender e seguir as exigências de um "guia de temas" extraídos dos exames vestibulares que permitem o acesso de nossos estudantes às universidades brasileiras. Não percebemos nenhuma preocupação em adequar o texto à realidade existencial dos alunos, nem atender às inovações que os geógrafos têm produzido. Há, sim,

"... no final de cada unidade, exercícios de múltipla escolha, que não só auxiliam a verificação da aprendizagem, como possibilitam ao estudante o treinamento nesse tipo de teste". (12)

Nos dois últimos casos, aqueles autores que se dispõem a desenvolver uma proposição renovadora, tanto na metodologia quanto no tratamento teórico, o que percebemos é, simplesmente:

- uma ênfase à Geografia Humana tradicional;
- a introdução de capítulos novos, tais como "Panorama Político e Econômico da Atualidade", "Desenvolvimento e Subdesenvolvimento", "Colonização e Descolonização", co-

locados como introdutórios e complementares e a preocupação com a apresentação dos assuntos,

"... que obedece a uma metodologia indutiva, indo do concreto ao abstrato, do experimental ao teórico". (15)

quando na verdade,

"... apesar das inovações, a estrutura curricular tradicional foi respeitada". (15)

Entre um discurso geográfico tradicional e descritivo e uma pretensa geografia nova e revolucionária que busca a análise da paisagem, o estabelecimento de relações e sua explicação, permanece o problema fundamental: a idéia de que seu objetivo seria a difusão do saber, isto é, de conhecimento de fenômenos que se inscrevam pela ação do homem ou da própria natureza sobre a superfície da terra. Neste esquema, o próprio fato geográfico, encarado como objetivo, no interior de sua própria objetividade, torna-se um fato natural quando o é, na verdade, social e histórico.

Entretanto, as mudanças do teor do discurso, de tradicional a renovador, de descritivo a analítico, não solucionam a questão do *teórico* que está implícito em qualquer dos dois. A maneira de encarar o fato ou o fenômeno geográfico, de descrevê-lo e/ou interpretá-lo recobre uma postura científica e uma concepção de mundo que não se alteram com a mudança do teor do discurso geográfico.

A Geografia e seu Objeto

EXAMINANDO O PROBLEMA

A questão fundamental da Geografia pode ser identificada como a análise do fenômeno pelo âmbito das redes de relações que se estruturam *no* espaço e *com* ele. Isto

mostra o espaço como produto da intervenção do homem e dos interesses que *nele* e *com* ele se acham em conflito. Por conseguinte, a sua análise deve ultrapassar o nível de constatação e descrição dos fenômenos, independente do tom do discurso utilizado. É preciso mostrar que o espaço não é um lugar que está sendo transformado, aposado como objeto e modificado na sua aparência: cidades em crescimento acelerado, rios que são represados para a construção de usinas em atendimento a grandes problemas energéticos, queda da taxa de natalidade e aumento da taxa de mortalidade, programas de crescimento acelerado, sua localização e atividades econômicas ali propostas etc. Precisamos, para a sua abordagem, que se introduza o real, conceito vivido e vivenciado, na abordagem dos problemas da Ciência Geográfica. Queremos dizer que o tratamento dos temas citados acima — a título de exemplificação — deve levar em conta que estes fenômenos, tratados segundo a perspectiva geográfica, são sociais e históricos. Como fenômenos sociais e históricos fazem parte de um determinado modo de produção — no caso do capitalismo, um modo de produção de mercadorias onde a relação capital/trabalho assalariado e a produção de mais-valia constituem-se na forma principal do excedente econômico, e, isto não pode ser ignorado.

Por isso, entendemos que a questão teórica do espaço implica uma indissolubilidade com a maneira prática pela qual ele é reproduzido. Não é mais, portanto, uma questão teórica, mas prática. E é prática em dois sentidos: num, enquanto o espaço *não é uma idéia*, independente das relações sociais e de produção que nele ocorrem, mas *é uma construção* a partir da intervenção humana; num outro sentido, esta visão do espaço, como construção concreta, permite uma orientação dialética na análise do objeto, pois a abordagem do espaço, enquanto objeto que está sendo produzido (pela prática concreta dos homens), possibilita à Ciência uma busca de unificação e universalização (elaboração de conceitos) e, em seguida, um retorno

ao objeto que agora ganha um novo sentido, uma nova compreensão. A teoria, agora, se acha colada ao concreto.

Vamos retomar aqui os textos didáticos que, pretendendo uma outra análise geográfica que não a tradicional, introduzem capítulos sobre a historicidade dos fatos, classificam os países em desenvolvidos e subdesenvolvidos e, até mesmo em capitalistas e socialistas. É certo que isto é um avanço. Entretanto, o que vemos é uma divisão clara de capítulos da História tradicional e, em seguida e no mesmo texto, capítulos da Geografia tradicional, onde a ordem dos assuntos é: aspectos físicos (relevo, clima, hidrografia, vegetação) e aspectos humanos e econômicos (população, atividades econômicas).

Ora, este tratamento cria a visão da neutralidade do fato geográfico pois, embora referido à História, conserva como naturais situações que são sociais e históricas, apesar das tentativas de datação. Esta postura conserva a perspectiva de que a compreensão dos fenômenos se encerra em aspectos conjunturais na teia de relações e das mudanças observadas. Entretanto, acreditamos que devam ser analisados como componentes de um todo em transformação e segundo o modo de produção hegemônico. E, como um todo em transformação, o espaço apresenta, por isso mesmo, aspectos harmônicos e contraditórios, singularidades e complexidades, ações planejadas e desordenadas ligações e rupturas.

industrialização e Pólos industriais Brasileiros

Freqüentemente, as questões sobre a industrialização brasileira, em nossos textos e cursos de Geografia para 1.º e 2.º graus, são analisadas tendo como pano de fundo uma estrutura econômica de base predominantemente rural. O processo de industrialização nacional é colocado de maneira ufanista, como atividade econômica "salvadora" em

termos de desenvolvimento e solução para as questões de atraso e subdesenvolvimento do país.

"Apesar do grande desenvolvimento da indústria no Brasil, a agricultura continua sendo o *baluarte* (grifo nosso) "da economia nacional, constituindo apreciáveis fontes de riqueza os seguintes produtos: milho, arroz, feijão... (a)

O Brasil é um país onde a população rural, em 1960, representava cerca de 55% do total e que vai se alterando para aproximadamente 44% em 1970, apresentando um índice de 33% em 1980. Inversamente, a população urbana cresce tomando-se como referência os mesmos anos, de 45, 56 e 67%, respectivamente.

Por outro lado, a participação da agricultura, no total da renda nacional, tem apresentado um decréscimo em valores relativos: de 33% em 1940, cai para 21% em 1960 e 11% em 1980, enquanto que o setor industrial vê esta participação crescer de 18% em 1940, para 34% em 1960 e 37% em 1980. Geralmente os textos de geografia tendem a encerrar nestes níveis de informação o quadro do desenvolvimento econômico do país. E a realidade passa a ser encarada no ensino a partir dos dados levantados. Eles são assumidos como suficientes para a caracterização concreta da realidade econômica e social e conseqüentemente, para a descrição geográfica. Esses dados acabam por serem apresentados em capítulos autônomos e seriados no livro didático, como se a história das transformações econômicas e da ação do homem no espaço se desse de modo contínuo e uniforme, e sua análise pela ciência geográfica só fosse possível se fragmentada e estudada seriadamente. Tal fragmentação da realidade corresponde a uma fragmentação da ciência.

Desta forma o espaço geográfico é parcelado, segundo a concepção científica dos autores. Por outro lado e decorrente desta mesma visão de Ciência (b), nota-se a quase obrigatoriedade e compromisso (com que?, com quem?) que os autores dos textos didáticos demonstram, de ignorar que o Brasil e o seu processo de industrialização, só

podem ser entendidos, se se levar em conta o contexto da divisão internacional do trabalho, o processo de substituição de importações e a realidade de país inserido no Terceiro Mundo. E aqui, não podemos cair em outro erro, isto é, considerar o Terceiro Mundo industrializado como uma realidade homogênea que se desenvolve no mesmo ritmo de tempo e de espaço.

Embora todos os países industrializados do Terceiro Mundo (Argentina, Brasil e México na América Latina, África do Sul na África, Formosa, Hong Kong, Coreia do Sul, Malásia e Cingapura na Ásia) tenham tido uma industrialização tardia, em relação aos países industrializados no mundo chamado e considerado desenvolvido, em cada continente a história da industrialização apresenta características próprias.

Se tomarmos o contexto histórico da industrialização brasileira, estamos fazendo uma nova Geografia? Ou uma Geografia crítica? Parece-nos que tal postura metodológica não é suficiente, mas é necessária para que uma nova concepção de geografia e de seu ensino possam ser produzidos.

Alguns Subsídios para Interpretação e Análise

Quando propomos a análise da industrialização brasileira como tardia e segundo uma visão de Terceiro Mundo, estamos levando em conta, em princípio que:

1 — nestes países, chamados também de subdesenvolvidos, as indústrias leves ou de bens de consumo, apareceram antes e em maior número que as indústrias de bens de produção, também chamadas de indústrias pesadas;

2 — mesmo nos países subdesenvolvidos onde a industrialização é mais intensa, e que já fabricam eletrodomésticos, automóveis, aparelhos de televisão etc, continua, em grande quantidade, a importação de bens de capital

como aço, locomotivas, máquinas etc, além de tecnologias avançadas;

3 — em geral, em tais países, a industrialização, até aproximadamente o final dos anos 40, tinha como base os capitais nacionais, acumulados com as exportações de bens primários, conforme o papel que coube a estes países na divisão internacional do trabalho;

4 — a partir do início da década de 50 as maiores empresas dos países capitalistas desenvolvidos iniciam um processo de expansão para vários países do mundo desenvolvido e/ou subdesenvolvido;

5 — com esta expansão das, agora denominadas, multinacionais, inicia-se nos países subdesenvolvidos, um processo de falência de grande número de empresas nacionais privadas, especialmente, as de bens de consumo, já que as poucas indústrias de base nestes países são, em geral, de propriedade estatal;

6 — atualmente, grande parte das indústrias de bens de consumo, nos países subdesenvolvidos, está nas mãos de empresas estrangeiras, permanecendo a indústria de base, na sua maior parte, como empresas estatais. Veja-se como exemplo, no Brasil, a indústria automobilística e de eletrodomésticos de um lado, e a indústria do aço, a produção de energia, a petroquímica de outro.

Como país de Terceiro Mundo, o Brasil participa de todas estas etapas, observando-se que as grandes empresas monopolistas e oligopolistas, apresentam a tendência de absorver quase todos os outros setores, já que seu crescimento apresenta um ritmo maior de concentração de capitais do que as pequenas e médias empresas, geralmente de capitais nacionais.

A partir do momento em que o setor industrial passa a comandar a economia brasileira, inicia-se a integração do território nacional, com a redefinição dos processos produtivos e com a conseqüente rearticulação da organização da sociedade brasileira. Essa rearticulação do processo produtivo e da sociedade tem conseqüências diretas nos setores sociais, com a reorganização do modo de vida, de habitação,

de trabalho, de acesso à cultura, de transporte etc. Tal processo se acelera no Brasil, após a 2.ª guerra mundial. A partir desse instante, então, podemos falar num *espaço nacional*. Fica, assim, evidente que *espaço geográfico* não é apenas uma extensão física mas um produto social e reproduz, a nível interno da nação, a divisão internacional do trabalho.

A nível nacional, pode-se notar o desaparecimento quase total de áreas isoladas ou bolsões de produção de produtos agrícolas, minerais ou criatórios (estes em menor quantidade), ligados aos portos exportadores. Com a industrialização, São Paulo e Rio de Janeiro, as metrópoles nacionais, passam a exercer a função de *centro econômico*, juntamente com as cidades que as rodeiam: ABC Paulista, Baixada Santista, Guarulhos, Baixada Fluminense, Volta Redonda. Enquanto isto, o restante do país passa a se constituir em várias periferias, umas industrializadas (menos intensamente que o centro econômico), outras não, mas a grande maioria com a sua base econômica ou atividade principal relacionada à agropecuária ou mineração.

A expansão da rede de transportes, não mais direcionada para os portos exportadores, mas, sim, convergindo de todas as partes do território nacional para o centro econômico, é fator importante na criação do espaço nacional.

Atualmente, o chamado centro econômico nacional, São Paulo e Rio de Janeiro, está acrescido de uma outra área, Minas Gerais, metrópole regional que, no conjunto, contribuem com aproximadamente 80% da produção industrial brasileira (sendo 60% correspondente à participação de São Paulo). A tendência atual é aumentar mais esta concentração.

Podemos perceber, a partir de uma simples observação empírica que a concentração de capitais (multinacionais ou estatais) é acompanhada de uma concentração espacial das empresas e excessiva concentração populacional. A "cidade", o urbano, se expande ao nível físico; novas áreas são ocupadas e o espaço é transformado, (c)

Disto resulta, e é outro aspecto importante da economia nacional, uma extrema desigualdade na distribuição da renda. Este não é um aspecto particular brasileiro, mas é comum a todos os países subdesenvolvidos, industrializados ou não. Entretanto, com a industrialização, a concentração da riqueza se acentua e tende a crescer com o decorrer do processo.

No Brasil, tomando-se como base o 1% da população economicamente ativa de mais alta renda, constata-se que em 1960, esta parcela detinha 11,9% do total da renda nacional; este índice passa, em 1970 para 14,7% e para 16,9% em 1980. De outro lado, os 50% mais pobres ficavam com 17,4% do total da renda do país, em 1960; em 1970 esta porcentagem cai para 14,9% e para 12,6% em 1980. (d)

Se considerarmos que a população economicamente ativa brasileira é de 43 milhões de trabalhadores para um total nacional de 120 milhões de habitantes, temos que concluir que a grande maioria da população se encontra marginalizada em relação aos frutos do "desenvolvimento industrial", com tendências a um crescimento cada vez mais acentuado das desigualdades sociais.

Diante deste contexto, deve-se também compreender a importância sempre maior da ação do Estado, agindo "através de uma política economicamente desenvolvimentista e planejada, dentro das concepções de um capitalismo modernizante". A participação do Estado (aqui compreendendo as ações dos Governos Federal, Estadual e muitas vezes do Municipal) nesse processo tem tido peso considerável: os mais recentes investimentos estrangeiros são consequência direta desta presença.

Já em 1974, o II Plano de Desenvolvimento Econômico (PNP) propunha uma política de zoneamento industrial com o objetivo de solucionar os problemas criados pela concentração industrial no Brasil. Entre estes problemas se colocavam: a poluição ambiental, condições deficientes de vida, especialmente habitação, especulação imobiliária, êxodo rural acentuado e o aparecimento do bolsão de pobreza nas áreas metropolitanas. Além desta preocupação com a cidade, com o urbano, o mesmo plano também pro-

punha, com o objetivo de desconcentrar a industrialização, a implantação de políticas para atendimento regional.

Aqui, incentiva-se a criação de novos pólos industriais de maneira a reduzir as disparidades inter-regionais, de acordo com a fala oficial. Segundo este mesmo discurso, procura-se desestimular a implantação de indústrias na área metropolitana de São Paulo, tendo em vista o fato de estar altamente saturada e poluída. Incentiva-se, assim, e a partir de então, a criação de novos pólos industriais no Rio de Janeiro (procura-se a geração da megalópole), em Minas Gerais e no sul do país.

A partir de 1977, através da Resolução n.º 14, de 21 de dezembro, do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDN), são aprovadas diretrizes com a função de contribuir para a equalização do crescimento industrial do país que, segundo a própria fala oficial, pode ser considerada como a "consagração da filosofia adotada desde o início da gestão do Governo" (1977). Esta resolução, juntamente com a legislação sobre zoneamento industrial faz parte de um conjunto de normas, intitulado "Pacote de Desconcentração" e que, em última instância, resultou na criação e implantação dos Polós Industriais no Brasil. (e) E, paralelamente ao "Pacote de Desconcentração" a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU) — um órgão da Secretaria do Planejamento — tem desenvolvido estudos no sentido de "desconcentrar o desenvolvimento", através dos centros de porte médio no interior do país. Assim, a CNPU indicou as seguintes regiões como pólos de atração dos investimentos estatais e privados: eixo Rio—São Paulo, São Paulo—São José do Rio Preto, Rio—Belo Horizonte e Belo Horizonte—Teófilo Otoni.

Concepção Ingênua e a Concepção da Totalidade

O item anterior deste artigo procura, primeiro, traçar um nível de informação que permita um equacionamento

desta questão, no contexto do processo de industrialização brasileira. O *espaço é visto* como suporte físico, onde homens, mulheres e crianças nascem, moram, trabalham, estudam, migram... e morrem.

Como resultado desta relação: quadro natural x quadro humano, resulta a paisagem humanizada que pode ser o campo, a cidade média, a metrópole, a megalópole.

Vistos sob esta perspectiva, estes fenômenos são colocados numa equação simples: físico x humano = paisagem humanizada. O físico encarna uma materialidade que é proveniente da sua própria natureza: a Natureza. O humano traz em si também, a sua naturalidade que é o biológico, a procriação, a quantidade e a atividade que desenvolve ou potencialmente pode desenvolver. O resultado desta relação quadro físico X quadro humano é a paisagem que é vista como o quadro físico humanizado, isto é, modificado pela ação do homem ou de grupos de homens. Embora as afirmações e informações contidas numa descrição do espaço, mediante esta visão de mundo, sejam corretas, elas se esgotam em si mesmas. Daí entendermos e por isso, propormos uma outra postura, que nos leve a uma outra visão do espaço como fruto de várias relações.

Por essa nova visão devemos encarar a paisagem humanizada, ou o espaço geográfico como particularmente preferimos dizer, como um instante da relação entre a *natureza e a estrutura social* (em cada um dos seus níveis), através dos modos de produção das riquezas coexistentes num momento histórico. Entretanto, "é o tipo de desenvolvimento das forças produtivas que determina qual dos dois planos da relação geográfica — a estrutura social ou a natureza — ocupa nessa relação o lugar dominante". (f)

E no âmbito da estrutura social, ela está em relação com o modo de produção que é a articulação entre as relações de produção e a supra-estrutura jurídica e política, isto é, o Estado e a sociedade.

No processo de ocupação do espaço, tomando-se como referência nosso tema central, as formas de sua ocupação vão sendo alteradas como resultados das novas modalidades

de produção da economia: a fase agrária de monocultura, a de substituição de importações, a de instalação de empresas multinacionais industriais. Isto produz uma aparente desorganização do espaço e o Estado passa a agir, através de técnicos e planejadores, na busca de soluções que instaurem uma outra ordem, já que vê e interpreta esta realidade como desordem.

Entretanto, numa visão de mundo que leve em conta o espaço como um todo em transformação; que estas transformações fazem parte da dinâmica do próprio processo; que a considerada "desordem" a nível dos planejadores é a manifestação de "contradições"; que as contradições pertencem à natureza e à forma de se produzir o espaço num certo modo de produção, precisamos mostrar na Geografia que: "O espaço não é apenas um lugar que está sendo transformado, mas é o lugar incorporado na forma e no processo de ocupação, apossado como objeto e transformado segundo as exigências evidenciadas pelo modo de produção hegemônico." (g)

Esta "outra" visão de mundo implica numa "outra" concepção e dimensão da Geografia. Ela não pode ser mais, simplesmente, uma ciência de paisagem: humanizada ou não. A Geografia é a ciência do espaço social, cuja análise e compreensão só é possível quando se busca sua verdadeira essência, isto é, quando se determina a totalidade das relações que são produzidas *nele* (no espaço) e *com ele* (o espaço) a partir das relações de produção do modo de produção hegemônico.

Notas

- a — MONTANDON, Leonilda S. *Vamos Conhecer o Brasil*, pág. 72.
- b — Entendemos esta visão como aquela que vê o espaço como um pano de fundo sobre o qual os fenômenos desenham uma figura que precisa ser descrita.
- c — Convém assinalar que, nos países subdesenvolvidos, a urbanização acelerada e intensa não corresponde a um mesmo grau de industrialização. Isto significa a inchação das cidades por uma produção que não encontra emprego, gerando o desemprego disfarçado ou subemprego.
- d - Fonte: Censos do IBGE dos anos de 1969, 70 e 80.
- e — De acordo com a proposta oficial: "Distrito Industrial é uma área delimitada e convenientemente localizada, subdividida e beneficiada segundo um amplo planejamento, no qual se encontram disponíveis os principais meios e condições necessários e favoráveis à atividade industrial".
ANEDI — *A Indústria no Brasil*, pág. 14.
- f — BERNARDO, João. *Metodologia Geográfica e Crítica da Geografia Ideológica*, pág. 58.
- g — RODRIGUES, Maria Lúcia Estrada. *Produção do Espaço e Expansão Industrial*, pág. 14.

Bibliografia

- 1 — BERNARDO, João. *Metodologia Geográfica e Crítica da Geografia Ideológica*, Revista Trimestral de História & Idéias I, Afrontamento, Porto, 1978, págs. 53 a 89.
- 2 — CODIN, Companhia de Institutos Industriais do Estado do Rio de Janeiro, *A Industrialização no Brasil e os Direitos Industriais*, ANEDI, RJ. s/d.
- 3 — IBGE, Censos Demográficos de 1940, 50, 60, 70 e 80.
- 4 — LACOSTE, Yves, *A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1977.
- 5 — LEPEBVRE, Henri. *A Reprodução das Relações de Produção*, Cadernos o Homem e a Sociedade, Porto, Publicações Escorpião, 1978.
- 6 — QUAINI, Massimo. *Marxismo e Geografia*, Paz e Terra, RJ, 1979, trad. de Líliliana Langana Fernandes.
- 7 — RODRIGUES, Maria Lúcia Estrada. *Produção do espaço e expansão industrial*. São Paulo, Loyola, 1983.
- 8 — VESENTINI, J. William, *Sociedade e espaço — Geografia Geral e do Brasil* (2.º grau), São Paulo, Ática, 1983.
- 9 — VESENTINI, José William. *O Livro Didático de Geografia para o 2.º Grau: Algumas observações críticas*, Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, 5.º Encontro Nacional de Geógrafos, vol. I, Porto Alegre, 1982, págs. 199-209.

Relação dos Livros Didáticos Consultados

- 10 — ADAS, M. *Geografia Geral: quadro político e econômico do mundo atual*. São Paulo, Moderna, 1979.
- 11 — CASTRO, Julierme de Abreu e. *Geografia: Estudos Sociais*, IBEP, SP, s/d.
- 12 — LICÍNIO, Walter. *Geografia — Mundo Contemporâneo*. Belo Horizonte, Lê ,1981.
- 13 — MONTANDON, Leonilda S. *Vamos Conhecer o Brasil*. Belo Horizonte, Ed. do Brasil, 1976.
- 14 — MOREIRA, Igor A. G., *Geografia Nova*, São Paulo, Ática, 1982.
- 15 — SANCHES, A. e Salles. *G. F de Geografia — As Grandes Paisagens Brasileiras*, São Paulo, IBEP ,s/d.